

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Bradesco.

No segmento veículos, os serviços são oferecidos por uma Rede conveniada, com mais de 13 mil parceiros em todo o País, formada por Revendedoras e Concessionárias de veículos leves, de motos e de veículos de transporte. Para atendimento no segmento de empréstimos consignados, atua em todos os Estados brasileiros na captação de clientes, por meio de 1.131 Correspondentes, tanto no mercado quanto em Agências do Banco Bradesco, e em folhas de pagamento de empresas do Setor Privado, destacando-se a parceria com os segmentos Bradesco Empresas e *Corporate*.

A produção de novos negócios em operações de veículos apresentou crescimento de 13,35% no ano de 2011. Este aumento na produção levou ao crescimento de 5,61% da carteira total de financiamentos/*leasing* de veículos.

No seguimento de empréstimos consignados, a produção de novos negócios apresentou crescimento de 32,62% no 4º trimestre de 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, proporcionando crescimento de 36,40% na carteira. Esse é o resultado da estratégia e da estruturação de uma equipe dedicada ao atendimento de convênios junto ao INSS, órgãos públicos e empresas privadas, aumentando a concessão de recursos nessa modalidade.

O Lucro Líquido do exercício de 2011 foi de R\$ 2.293 bilhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 25,672 bilhões. No exercício foram pagos Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 1,060 bilhão.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 14 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		2011		2010	
ATIVO					
CIRCULANTE	42.574.388	38.271.610			
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	164	159			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	27.005.962	25.592.104			
Aplicações no Mercado Aberto	125.597	120.534			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.880.365	25.471.570			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6)	265.176	226.410			
Carteira Própria	190.364	164.818			
Vinculados à Prestação de Garantias	74.812	61.592			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	24.846	1.125			
Créditos Vinculados (Nota 7)	3.494	1.074			
Correspondentes	21.352	51			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	13.735.297	11.311.966			
Operações de Crédito - Setor Privado	14.412.804	11.811.963			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(677.507)	(499.997)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(86.576)	(172.263)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	540.800	844.961			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(512.119)	(804.588)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(115.257)	(212.637)			
OUTROS CRÉDITOS	1.115.331	897.128			
Avais e Fianças Honoradas	3.781	-			
Rendas a Receber	323	225			
Negociação e Intermediação de Valores	78	-			
Diversos (Nota 9)	1.118.631	900.595			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.482)	(3.692)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	514.188	414.981			
Outros Valores e Bens	165.144	227.826			
Provisões para Desvalorizações	(72.949)	(93.722)			
Despesas Antecipadas	421.993	280.877			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	21.953.359	18.214.972			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	674.585	1.803.562			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	674.585	1.803.562			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6)	-	5.484			
Vinculados à Prestação de Garantias	-	5.484			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	17.884.719	14.013.945			
Operações de Crédito - Setor Privado	18.721.723	14.611.015			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(837.004)	(597.070)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(155.817)	(287.936)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	454.482	1.070.587			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(449.745)	(1.062.319)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(160.554)	(296.204)			
OUTROS CRÉDITOS	2.828.814	2.414.278			
Diversos (Nota 9)	2.828.817	2.414.286			
Rendas a Receber	-	2			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3)	(10)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	721.058	265.639			
Despesas Antecipadas	721.058	265.639			
PERMANENTE	7.234.620	9.945.120			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	476.297	481.673			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	472.926	476.596			
- No Exterior	175	168			
Outros Investimentos	12.808	14.146			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.237)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	7.538	9.266			
Imóveis de Uso	-	544			
Outras Imobilizações de Uso	24.632	37.728			
Depreciações Acumuladas	(17.094)	(29.006)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	6.719.864	9.423.014			
Bens Arrendados	7.387.494	9.791.292			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(667.630)	(368.278)			
DIFERIDO (Nota 13)	933	1.774			
Gastos de Organização e Expansão	7.330	7.745			
Amortização Acumulada	(6.797)	(5.971)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	29.988	29.393			
Ativos Intangíveis	41.338	33.584			
Amortização Acumulada	(11.350)	(4.191)			
TOTAL	71.762.367	66.431.702	TOTAL	71.762.367	66.431.702

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	2
BANKPAR ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	11
MAGNETI MARELLI COFAP CIA. FABRICADORA DE PEÇAS	7

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2011	31 de dezembro 2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.470.084	12.327.037	11.479.140
Operações de Crédito (Nota 8g)	3.525.272	6.587.796	5.392.273
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.366.970	2.673.222	3.305.078
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	1.577.745	3.065.855	2.775.882
Resultado das Aplicações Compulsórias	97	164	5.907
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.101.713	7.688.122	7.477.455
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.174.062	4.166.428	3.922.127
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	1.208.326	2.390.913	3.014.455
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8c e f)	719.325	1.130.781	540.871
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.368.371	4.638.915	4.001.687
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(683.157)	(1.403.736)	(1.866.350)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	35.054	69.276	49.276
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	232.868	421.913	299.941
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(29.042)	(50.621)	(50.505)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(449.452)	(864.119)	(689.584)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(157.649)	(294.926)	(220.952)
Resultado de Participações em Coligadas Controladas (Nota 11a)	(5.520)	(3.345)	(3.315)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	355.030	680.732	149.367
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(664.446)	(1.357.621)	(1.370.578)
RESULTADO OPERACIONAL	1.685.214	3.235.179	2.135.337
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(38.286)	(100.004)	(237.833)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.646.928	3.135.175	1.897.504
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 25)	(247.213)	(842.515)	(689.855)
LUCRO LÍQUIDO	1.399.715	2.292.711	1.207.639
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	56,60	92,71	48,83

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados		Totais
	Social	Legal	Legal	Estatutárias	Próprias	Acumulados	Totais		
Saldos em 30.6.2011	22.010.000	179.747	3.133.912	(284)	-	-	25.323.375	-	25.323.375
Reversão de Dividendos Provisionados do 1º Semestre de 2011	-	-	8.483	-	-	-	8.483	-	8.483
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	57	-	-	57	-	57
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.399.715	1.399.715	-	1.399.715
Destinações - Reservas	-	69.985	269.730	-	-	-	(339.715)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(1.060.000)	-	(1.060.000)
Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2011	22.010.000	249.732	3.412.125	(227)	-	-	25.671.630	-	25.671.630
Saldos em 31.12.2009	22.010.000	74.715	1.158.264	(658)	-	-	23.243.637	-	23.243.637
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(899)	-	-	(899)	-	(899)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.207.639	1.207.639	-	1.207.639
Destinações - Reservas	-	60.382	1.135.785	-	-	-	(1.196.167)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(11.472)	-	(11.472)
Saldos em 31.12.2010	22.010.000	135.097	2.294.049	(241)	-	-	24.438.905	-	24.438.905
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	14	-	14	-	14
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	2.292.711	2.292.711	-	2.292.711
Destinações - Reservas	-	114.635	1.118.076	-	-	-	(1.232.711)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(1.060.000)	-	(1.060.000)
Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2011	22.010.000	249.732	3.412.125	(227)	-	-	25.671.630	-	25.671.630

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2011	31 de dezembro 2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.646.928	3.135.175	1.897.504
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	719.325	1.130.781	540.871
Depreciações e Amortizações	649.552	1.566.080	2.849.146
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	122.073	539.533	740.101
Constituições/(Reversões) de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	(5.998)	(20.774)	(10.788)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	5.520	3.345	3.315
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	593.847	763.003	(572.003)
Ganho/Perda na Venda de Investimento	(32.671)	(32.671)	-
Ganho/Perda na Venda de Imobilizado	(75)	7	(1.673.297)
Ganho/Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	77.030	153.442	248.397
Outros	70.846	127.751	92.760
Lucro líquido ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.786.377	7.366.172	4.116.006
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	132.002	(279.817)	3.704.974
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(20.968)	(36.327)	39.116
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	7.467	(21.300)	4.495
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(4.311.551)	(7.633.353)	(6.764.149)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(341.118)	(1.012.820)	(564.196)
Aumento/(Redução) em Depósitos	2.598.890	3.930.314	(2.101.116)
Aumento/(Redução) em outras Obrigações	(680.252)	(903.313)	(386.214)
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	55.291	131.068	27.739
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(228.400)	(783.984)	(162.530)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	997.738	756.640	(2.085.875)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
(Aumento)/Red			



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 07.207.996/0001-50
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 14 de fevereiro de 2012.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar exposição global da Instituição, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações é registrada, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% ou 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento. (Nota 8)

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Diferido e Intangível

• Ativo Diferido - está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas de 20% ao ano, calculadas pelo método linear. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas aquisições passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

• Ativo Intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *softwares*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilização para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior).

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutora do passivo correspondente.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CMV nº 594/09, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 15a);

• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 15c); e

• Obrigações Legais - Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis. (Nota 15b - III).

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base "pro-rata" dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2011.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional.....	102	106
Aplicações em ouro.....	62	53
Total de disponibilidades (caixa)	164	159
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	125.597	120.534
Total caixa e equivalentes de caixa	125.761	120.693

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2011	2010		
1 a 30 dias	180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
125.597	-	-	-	125.597
125.597	-	-	-	125.597
125.761	-	-	-	125.761

Aplicações no mercado aberto: Posição Bancada - Letras Financeiras do Tesouro 125.597 - - - 125.597 120.534

Aplicações em depósitos interfinanceiros 147.245 26.168.719 564.401 674.585 27.554.950 27.275.132

Total em 2011 272.842 26.168.719 564.401 674.585 27.680.547

Total em 2010 333.022 24.345.036 914.046 1.803.562 27.395.666

% 1,2 88,9 3,3 6,6 100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	19.639	12.419
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.011.421	2.730.137
Total (Nota 6d)	3.031.060	2.742.556

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Títulos públicos	76.338	76.355
Letras financeiras do tesouro	76.338	76.355
Títulos privados	218	188.838
Cotas de fundos de investimento	186.398	186.398
Ações	2.222	2.219
Outros	218	600
Total em 2011	186.398	186.398
Total em 2010	162.385	162.385

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Títulos públicos	76.338	76.355
Letras financeiras do tesouro	76.338	76.355
Títulos privados	218	188.838
Cotas de fundos de investimento	186.398	186.398
Ações	2.222	2.219
Outros	218	600
Total em 2011	186.398	186.398
Total em 2010	162.385	162.385

(1) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, o título classificado na categoria mantidos até o vencimento; e

(4) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, exceto os papéis classificados em "Títulos Mantidos até o Vencimento", cujo valor de mercado em 2010 é inferior ao valor de custo atualizado em R\$ 1 mil.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

d) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	3.031.060	2.742.556
Fundo de investimento	27.065	24.152
Títulos de renda fixa	7.873	9.060
Títulos de renda variável	(143)	114
Total	3.065.855	2.775.882

7) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

a) Créditos vinculados

Refere-se a Depósitos Compulsórios sobre Recursos à Vista no Banco Central, no montante de R\$ 3.494 mil (2010 - R\$ 1.074 mil).

b) Resultado das aplicações compulsórias

A receita das aplicações compulsórias em 2011 totalizam R\$ 164 mil (2010 - R\$

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Curso normal					Total		Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011	%	2010	
Operações de crédito							(A)	%	(A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	260.854	269.762	264.545	754.772	1.351.541	5.150.534	8.052.008	25,9	5.933.603	22,1
Financiamentos.....	997.198	913.054	892.286	2.435.562	4.247.199	11.844.277	21.329.576	68,6	17.734.964	65,9
Subtotal	1.258.052	1.182.816	1.156.831	3.190.334	5.598.740	16.994.811	29.381.584	94,5	23.668.567	88,0
Operações de arrendamento mercantil.....	103.696	80.062	77.651	218.252	390.707	842.035	1.712.403	5,5	3.221.086	12,0
Subtotal	1.361.748	1.262.878	1.234.482	3.408.586	5.989.447	17.836.846	31.093.987	100,0	26.889.653	100,0
Outros créditos.....	170	170	23	69	136	98	666		594	
Total das operações de crédito	1.361.918	1.263.048	1.234.505	3.408.655	5.989.583	17.836.944	31.094.653	100,0	26.890.247	100,0
Avais e Fianças.....	-	720	-	-	1.842	-	3.793		4.816	
Total em 2011	1.361.918	1.263.768	1.234.505	3.408.655	5.991.425	17.838.175	31.098.446	100,0	26.895.063	100,0
Total em 2010	1.207.385	1.148.846	1.049.417	2.973.013	5.077.291	15.439.111				

	Curso anormal					Total		Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2011	%	2010	
Operações de crédito							(B)	%	(B)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	11.481	9.045	6.295	11.842	7.580	7.580	46.243	6,5	46.202	7,0
Financiamentos.....	135.023	110.140	61.865	123.270	118.555	118.555	548.853	77,1	430.240	65,3
Subtotal	146.504	119.185	68.160	135.112	126.135	126.135	595.096	83,6	476.442	72,3
Operações de arrendamento mercantil.....	29.607	20.964	11.676	22.974	24.958	24.958	110.179	15,5	182.935	27,7
Subtotal	176.111	140.149	79.836	158.086	151.093	151.093	705.275	99,1	659.377	100,0
Outros créditos.....	2.456	3.781	-	-	-	-	6.237	0,9	955	-
Total em 2011	178.567	143.930	79.836	158.086	151.093	151.093	711.512	100,0	660.332	100,0
Total em 2010	168.744	122.452	64.215	133.348	171.573	171.573				

	Curso anormal						Total		Total geral		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011	%	2010	%	2011	%
Operações de crédito							(C)	%	(C)	%	(A+B+C)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	11.196	10.855	10.439	29.073	49.995	159.588	271.146	7,5	233.496	7,4	6.213.301	20,3
Financiamentos.....	134.672	130.529	126.128	341.166	586.882	1.567.324	2.886.701	79,2	2.044.473	65,0	24.765.130	69,9
Subtotal	145.868	141.384	136.567	370.239	636.877	1.726.912	3.157.847	86,7	2.277.969	72,4	33.134.527	93,5
Operações de arrendamento mercantil.....	25.997	22.413	21.909	61.953	114.508	238.050	484.830	13,3	866.815	27,6	6.420.836	13,9
Subtotal	171.865	163.797	158.476	432.192	751.385	1.964.962	3.642.677	100,0	3.144.784	100,0	30.693.814	100,0
Outros créditos.....	273	136	136	410	273	-	1.228	-	2.729	-	4.278	-
Total das operações de crédito	172.138	163.933	158.612	432.602	751.658	1.964.962	3.643.905	100,0	3.147.513	100,0	30.698.092	100,0
Avais e Fianças.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.816	-
Total em 2011	172.138	163.933	158.612	432.602	751.658	1.964.962	3.643.905	100,0	3.147.513	100,0	30.702.908	100,0
Total em 2010	159.083	152.205	139.282	388.488	663.892	1.644.563			3.147.513	100,0		

	Nível de risco										Total		Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	2011	%	2010	%
Operações de crédito															
Empréstimos e títulos descontados.....	-	8.042.252	82.226	61.405	38.561	25.801	18.066	16.668	84.418	8.369.397	23,6	6.213.301	20,3		
Financiamentos.....	331	21.085.101	1.289.666	794.141	317.350	243.280	203.346	162.538	669.377	24.765.130	69,9	20.209.677	65,8		
Subtotal	331	29.127.353	1.371.892	855.546	355.911	269.081	221.412	179.206	753.795	33.134.527	93,5	26.422.978	86,1		
Operações de arrendamento mercantil.....	12	1.483.178	347.767	157.213	46.737	36.106	29.924	26.575	179.900	2.307.412	6,5	4.270.836	13,9		
Subtotal	343	30.610.531	1.719.659	1.012.759	402.648	305.187	251.336	205.781	933.695	35.441.939	100,0	30.693.814	100,0		
Outros créditos.....	-	-	-	666	-	-	-	-	7.465	8.131	-	4.278	-		
Total em 2011	343	30.610.531	1.719.659	1.013.425	402.648	305.187	251.336	205.781	941.160	35.450.070	100,0	30.698.092	100,0		
Total em 2010	300	26.138.356	1.832.025	937.298	285.918	210.640	178.729	157.688	957.138						

	Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa										Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	% Mínimo de provisionamento requerido	Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vincendas	Genérica	Excedente	Total	%	2011	%
Nível de risco													
AA.....	-	343	-	343	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	30.610.531	-	30.610.531	86,3	91	12.573	3.813	119	153.037	8,5	130.685	8,1
B.....	1,0	381.277	1.338.382	1.719.659	4,9	81	26.334	820	1.370	153.037	0,9	18.474	1,1
C.....	3,0	27.678	985.747	1.013.425	2,9	3.238	26.334	820	1.370	153.037	1,8	29.936	1,9
Subtotal	31,019.829	3.324.129	33.343.958	94,1	4.049	38.907	157.680	1.489	202.125	11,2	178.995	11,1	
D.....	10,0	16.490	386.158	402.648	1,1	5.852	32.764	1.649	80.328	120.593	6,7	85.632	5,3
E.....	30,0	8.578	296.609	305.187	0,9	17.158	71.825	2.574	60.885	152.442	8,5	105.214	6,5
F.....	50,0	7.225	244.111	251.336	0,7	28.020	94.035	3.613	50.141	175.809	9,8	125.021	7,8
G.....	70,0	4.881	200.900	205.781	0,6	36.542	104.088	3.417	61.631	205.678	11,4	157.609	9,8
H.....	100,0	37.650	903.510	941.160	2,6	298.537	604.973	37.650	941.160	941.160	52,4	957.138	59,5
Subtotal	74.824	2.031.288	2.106.112	5,9	386.109	907.685	48.903	252.985	1.595.682	1.595.682	88,8	1.430.614	88,9
Total em 2011	31.094.653	4.355.417	35.450.070	100,0	390.158	946.592	206.593	254.474	1.797.807	1.797.807	100,0	30.698.092	100,0
Total em 2010	26.890.247	85,1	3.807.845	30.698.092	100,0	391.143	824.087	210.563	183.816	1.609.609	100,0	30.698.092	100,0

	Concentração das operações de crédito				Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil				Exercícios findos em	
	2011	%	2010	%	2011	%	2010	%	2011	2010
Maior devedor.....	4.865	-	4.530	-	4.865	-	4.530	-	1.807.585	1.429.765
Dez maiores devedores.....	34.182	0,1	32.922	0,1	34.182	0,1	32.922	0,1	4.431.947	3.508.947
Vinte maiores devedores.....	58.856	0,2	54.647	0,2	58.856	0,2	54.647	0,2	6.239.532	4.938.712
Cinquenta maiores devedores.....	110.273	0,3	95.797	0,3	110.273	0,3	95.797	0,3	348.264	453.561
Cem maiores devedores.....	167.136	0,5	143.108	0,5	167.136	0,5	143.108	0,5	6.587.796	5.392.273
Subtotal									282.309	290.623
Total	6.870.105		6.870.105		6.870.105		6.870.105		5.682.896	

	Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis										Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	%	2010	%	2011	%	2010	%	2011	%	2010	%
Arrendamentos financeiros a receber.....	995.282	1,1	1.915.548	1,1	995.282	1,1	1.915.548	1,1	995.282	1,1	1.915.548	1,1
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	(961.864)	1,8	(1.866.907)	1,8	(961.864)	1,8	(1.866.907)	1,8	(961.864)	1,8	(1.866.907)	1,8

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas"

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil										
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares) Ações	Participação no capital (%) Cotas	Lucro líquido/prejuízo ajustado	Valor contábil 2011	Valor contábil 2010	Ajuste decorrente de avaliação (1) 2011	Ajuste decorrente de avaliação (1) 2010		
Ramo financeiro											
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	18.000	41.197	-	18.000	99,999	8.182	41.197	33.092	8.182	1.745	
BMC Asset Management DTVM Ltda.	1.860	9.315	-	1.860	99,999	6.185	9.315	3.188	6.185	164	
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.	172.000	314.829	127.700	-	100,000	19.163	314.829	295.849	19.163	15.412	
Outras atividades											
BF Promotora de Vendas Ltda.	111.220	106.076	-	111.220	99,999	(36.817)	106.076	142.893	(36.817)	(20.592)	
Banco Bradesco Europa S.A.	503.371	645.052	1	-	0,027137	43.277	175	168	12	17	
Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros.	3.000	1.109	-	6	100,000	(66)	1.109	1.174	(66)	(50)	
Outras Participações ..	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-	
Ganho/perda cambial de investimento no exterior.	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	(11)	
Total de Investimentos							473.101	476.764	(3.345)	(3.315)	

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Investimentos por incentivos fiscais	12.216	12.216
Títulos patrimoniais	2	-
Outros investimentos	590	1.930
Subtotal	12.808	14.146
Provisão para perdas	(9.612)	(9.237)
Total	3.196	4.909

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual
		2011	2010	
Imóveis de uso:				
- Imobilizações em curso	-	134	-	134
- Terrenos	-	-	-	143
- Edificações	4 %	-	-	146
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10 %	7.844	(4.070)	3.774
Sistemas de segurança e comunicações	10 %	1.442	(1.067)	375
Sistemas de processamento de dados	20 %	15.212	(11.957)	3.255
Total em 2011		24.632	(17.094)	7.538
Total em 2010		38.272	(29.006)	9.266

13) DIFERIDO E INTANGÍVEL

O ativo diferido é demonstrado ao custo de aquisição, amortizado pelo método linear à taxa anual de 20%. O valor residual em 31 de dezembro de 2011 correspondia a R\$ 933 mil (2010 - R\$ 1.774 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 6.797 mil (2010 - R\$ 5.971 mil).

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por softwares e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2011 apresentava o valor residual de R\$ 29.988 mil (2010 - R\$ 29.393 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 11.350 mil (2010 - R\$ 4.191 mil).

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2011	Total 2010
Depósitos interfinanceiros	1.578.856	7.301.481	7.309.383	20.942.390	37.132.110	33.201.796
Total em 2011	1.578.856	7.301.481	7.309.383	20.942.390	37.132.110	33.201.796
% em relação ao total	4,2	19,7	19,7	56,4	100,0	-
Total em 2010	1.460.042	6.683.538	6.609.166	18.449.050	33.201.796	100,0
% em relação ao total	4,4	20,1	19,9	55,6	-	-

b) Despesas de captação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Depósitos a prazo	-	36.837
Depósitos interfinanceiros	4.166.428	3.885.290
Total	4.166.428	3.922.127

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões e passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

As principais questões são:

- Cofins - R\$ 350.765 mil: Pleiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar no 70/91, afastando-se, assim, a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98;
- IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 46.674 mil: Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	20.281	63.584	1.157.846
Atualização monetária	-	-	126.014
Constituições líquidas de reversões e baixas	8.397	104.118	301.004
Pagamentos	(202)	(70.231)	-
Transferências	-	-	56.402
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Nota 16)	28.476	97.471	1.641.266

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2011 não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c)	1.348.669	1.515.169
Provisão para riscos fiscais (Nota 15b)	1.641.266	1.157.846
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	713.018	358.438
Impostos e contribuições a recolher	64.129	51.004
Total	3.767.082	3.082.457

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Credeiros por antecipação de valor residual (Nota 8h)	4.445.870	5.200.819
Credeiros diversos	324.590	267.581
Provisão para pagamentos a efetuar	66.783	54.430
Provisão para passivos contingentes cíveis e trabalhistas (Nota 15b)	125.947	83.865
Outras	28	773
Total	4.963.218	5.607.468

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 22.010.000 mil totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas- escriturais, sem valor nominal.

b) Reserva de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Reservas de Lucros	3.661.857	2.429.146
- Reserva Legal (1)	249.732	135.097
- Reserva Estatutária (2)	3.412.125	2.294.049

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de

Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos relativos aos respectivos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2011	2010
Lucro Líquido	2.292.711	1.207.639
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(114.635)	(60.382)
Base de cálculo	2.178.076	1.147.257
Dividendos propostos (1)	-	11.472
Juros sobre o capital próprio (2)	1.060.000	-
Imposto de renda na fonte	(159.000)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido)	901.000	-
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	41,4%	1,0%

(1) Os dividendos de 2010 foram pagos em 29 de dezembro de 2011; e
(2) Pagos em 28 de outubro de 2011, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 30 de setembro de 2011.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Rendas de cadastro	421.913	269.941
Taxa de avaliação/substituição de bem	60.752	43.934
Taxa de aditamento de contratos	3.362	5.257
Outras	137	85
Total	486.164	319.217

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Proventos	18.607	18.461
Provisão trabalhistas	10.841	12.384
Participação dos empregados nos lucros	8.073	5.500
Benefícios	6.142	6.888
Encargos sociais	5.865	6.680
Treinamento	1.093	592
Total	50.621	50.505

20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Serviços técnicos especializados	474.305	375.995
Serviços de terceiros e do sistema financeiro	140.272	174.946
Propaganda, promoções e publicidade	75.459	39.237
Processamento de dados	37.842	22.775
Comunicações	35.376	27.017
Contribuições filantrópicas	29.854	7.196
Depreciação e amortização	11.493	8.385
Viagens	5.384	3.214
Transportes	4.093	5.839
Aluguéis	2.954	2.695
Arrendamento de bens	1.914	3.570
Manutenção e conservação de bens	853	1.394
Outras	44.320	17.321
Total	864.119	689.584

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
COFINS	244.261	180.946
PIS	39.692	29.078
Imposto sobre serviços de qualquer natureza ISS	6.867	5.768
Outras	4.106	5.160
Total	294.926	220.952

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Reversão de provisões fiscais	497.454	20.401
Variações monetárias	88.895	58.032
Recuperação de encargos e despesas	23.698	20.980
Outras	70.685	49.954
Total	680.732	149.367

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Comissões e serviços de intermediação de crédito	408.592	368.090
Provisões para riscos fiscais	247.161	407.763
Perdas operações de empréstimos	177.511	141.527
Variações monetárias e cambiais	144.548	116.816
Seguro prestamista	134.507	108.821
Indenizações cíveis	84.057	63.511
Busca e apreensão de veículos	77.270	103.692
Provisões para riscos cíveis	38.661	17.559
Outras	45.314	42.799

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2010	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.482.524	541.524	384.811	1.639.237
Provisão para contingências civis	24.199	36.934	22.145	38.988
Provisão para contingências fiscais	399.718	283.552	98.248	585.022
Provisão trabalhista	7.874	3.711	194	11.391
Provisão para desvalorização de bens não de uso	36.932	28.252	36.005	29.179
Provisão para perda de títulos e investimento	1.668	18	19	1.667
Ágio Amortizado	129.456	-	61.021	68.435
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	511	46	8	549
Ajuste da Lei nº 11.638 de 28/12/2007	309	-	292	17
Outros	126.561	45.536	111.143	60.954
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.209.752	939.573	713.886	2.435.439
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	8	-	8	-
Total dos créditos tributários (Nota 9)	2.209.760	939.573	713.894	2.435.439
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a)	1.515.169	35.560	202.060	1.348.669
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	694.591	904.013	511.834	1.086.770

(1) Contempla o crédito tributário relativo à elevação da alíquota de contribuição social para as empresas do ramo financeiro, determinada pela Lei nº 11.727/08, os quais correspondem ao valor de R\$ 16.440 mil (Nota 3h).
d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

Em 31 de dezembro de 2011 - R\$ mil

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2012	463.912	263.031	726.943
2013	490.263	309.422	799.685
2014	545.031	326.757	871.788
2015	15.518	9.311	24.829
2016	7.621	4.573	12.194
Total	1.522.345	913.094	2.435.439

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 2.294.249 mil (2010 - R\$ 2.067.368 mil) de diferenças temporárias.

e) Créditos tributários não ativados
Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela CONSIF contra a Lei nº 11.727/08, artigos 17 e 41, os créditos tributários de períodos anteriores decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 9% para 15% foram registrados até o limite das obrigações tributárias. Neste exercício, o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 16.440 mil, foi integralmente constituído (Nota 3h).

f) Obrigações fiscais diferidas
A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 1.348.669 mil (2010 - R\$ 1.515.169 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 1.285.454 mil (2010 - R\$ 1.486.931 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 1 mil (2010 - R\$ 183 mil), lucro proveniente do exterior (2010 - R\$ 400 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 63.214 mil (2010 - R\$ 27.655 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avals e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 3.793 mil (2010 - R\$ 4.816 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.
b) O Banco Bradesco Financiamentos S.A. utiliza a infraestrutura operacional e administrativa da controlada BF Promotora de Vendas Ltda., que mantém planos de previdência complementar para seus empregados e dirigentes, na modalidade de contribuição definida, administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2011, esses planos encontram-se integralmente cobertos pelo patrimônio FIFE - Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo, onde estão aplicadas as provisões técnicas.
c) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/2007, o Banco Bradesco Financiamentos está dispensado de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.
d) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

e) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos. As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição. A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital. O Bradesco Financiamentos como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

f) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 8. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 14 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	2
BANKPAR ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	11
MAGNETI MARELLI COFAP CIA. FABRICADORA DE PEÇAS	7

Diário Oficial acesso gratuito



Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.